

ESPAÇO DO POVO E ESPAÇO DO REI NA TERRA DA CONQUISTA: VILA BELA, CUIABÁ E OS SEUS DISTINTOS ESPAÇOS.

Romyr Conde Garcia¹

Resumo

Este artigo é um estudo crítico sobre a construção do espaço urbano e conquista territorial de Mato Grosso através da comparação entre as cidades de Vila Bela e Cuiabá, tendo ponto de partida a obra de Antônio Carlos Rosa, “A terra da conquista - história de Mato Grosso colonial” onde é possível distinguir e desenvolver diferentes espacialidades das cidades e sociedades coloniais, principalmente os espaços do povo e espaço do rei no processo de conquista da Capitania de Mato Grosso.

Palavras-Chaves: Mato Grosso, cidades coloniais, espacialidades, Vila Bela e Cuiabá

Abstract

This article is a critic study of the urban space construction and territorial conquest of Mato Grosso, comparing the cities of Vila Bela and Cuiabá, based on the work of Antonio Carlos Rosa entitled “the land of conquest - history of colonial Mato Grosso” where it is possible to distinguish and develop different specializations for the colonial societies and cities, mainly the people’s role and the king’s role on the process of conquest of Mato Grosso Capitancy.

Keywords: Mato Grosso, Colonial Cities, Spatiality, Vila Bela e Cuiabá

Carlos Alberto Rosa, no livro *A terra da conquista - história de Mato Grosso colonial* (ROSA, 2003) foi muito feliz ao invocar o urbano como fator decisivo para compreensão do processo histórico que envolve a capitania de Mato Grosso. Tal como os romanos e o seu império, assim como os espanhóis na América, a fundação de cidades “foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram” (Holanda, 1995, p.95), e no caso particular de Mato Grosso, com sua insularidade, ou como prefere Rosa, sua *continentalidade*, bem como todas as dificuldades de manter vivo o “urbano”, as cidades, vilas e arraiais mineradores representam a força não só da conquista de um estado colonial como a sobrevivência de um modo de vida eminentemente citadino, cercado por tudo aquilo que seria a sua própria negação: o sertão, os índios, enfim, a natureza.

Mais feliz foi ainda este autor ao acentuar o caráter dual desta capitania que não era dividida apenas em duas *repartições*, o Cuiabá e o Mato Grosso, que dependendo da época ou do documento apresenta-se como dois distritos, dois termos ou duas comar-

¹ Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Curso de Ciências Jurídicas da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus de Barra do Bugres.

cas. Porém, como o autor fez questão de frisar, por políticas de colonização diferenciadas. Infelizmente, apesar de todas as evidências, esse caráter dual, às vezes antagônico, não é possível ser observado na historiografia matogrossense, seja aquela mais tradicional, como a mais recente.

O terceiro aspecto que devemos ressaltar no trabalho de Carlos Rosa, é a sua insistência em contextualizar Mato Grosso dentro de um grande processo histórico. Processo esse que não está apenas ligado umbilicalmente a São Paulo e ao litoral “sulista”, mas a outras cidades e capitânicas mineradoras, assim como a outras áreas fora dos limites lusitanos, como as províncias espanholas. Neste aspecto, para Carlos Rosa, Mato Grosso se apresenta não só como mais uma entre tantas outras regiões ou capitânicas mineradoras americanas, como também um espaço singular, interessante por si mesmo.

Diante de tantos pontos de concordância, fica difícil não tentar desenvolver outras questões sobre a história de Mato Grosso a partir da obra de Carlos Rosa, principalmente aquelas que envolvem o viver urbano colonial e as especializações surgidas no processo de conquista e ocupação de uma área tão distante e inóspita do império português na América. E justamente por concordar com esta abordagem, mais difícil é desenvolver outras questões sem se posicionar, algumas vezes, de forma contrária ao autor, até porque cada qual tem sua visão de mundo e a sua forma particular de ver e entender a história. Deste modo, espero que entendam este ensaio como mais uma contribuição para acirrar o debate iniciado por Carlos Rosa sobre a história de Mato Grosso.

Em primeiro lugar, partindo das ideias de Carlos Rosa, pretendo estudar o viver urbano colonial bem como a sua espacialização (ou espacializações), reforçando o caráter dual da capitania de Mato Grosso. Dualidade esta que é facilmente percebida ao se comparar a história e a evolução do antigo distrito de Mato Grosso (Vila Bela) e o mesmo processo no distrito “do” Cuiabá. Fica claro que não estamos diante de dois planos urbanísticos diferentes, como também dois modos diversos de entender o processo histórico e com ele, o processo de urbanização no período colonial.

Tentarei mostrar também que essa dualidade surge a partir de dois projetos distintos, mas não antagônicos, de colonização: um advindo da ação bandeirante, predadora e mineradora, outra da intervenção da Coroa na conquista e ocupação efetiva do seu império.

A melhor forma de observar essa dualidade é comparando as cidades de Cuiabá e Vila Bela, e farei isso a partir da proposta de Lewis Mumford de que, “para lançar novos alicerces para vida urbana, cumpre-nos compreender a natureza histórica da cidade e distinguir entre as funções originais, aquelas que dela emergiram e aquelas que podem ser ainda invocadas”. (Mumford, 1991, p.9) Particularmente, como não pretendo lançar alicerces para a vida urbana, se bem que não é de todo desinteressante, tentarei ficar restrito ao entendimento da evolução de duas cidades a partir das suas funções originais e daquelas que emergiram durante o processo histórico.

Vila Bela - O espaço do rei e a nova ordem colonial

Não iniciarei esta abordagem por Cuiabá, mais antiga e mais populosa, mas pela sua rival, Vila Bela. Esta sequência deve-se ao fato que Cuiabá, historicamente, é muito mais complexa e por isso merece mais atenção. Por outro lado, apesar das suas contradições e dos choques existentes entre diversos modos de viver e pensar a cidade, Vila Bela se apresenta claramente como um produto da criação metropolitana e por isso, foi mais fácil de contornar e controlar estes conflitos e anseios que, por exemplo, Cuiabá.

Como as cidades imaginárias que Marco Polo contava com cores fantásticas ao Grande Cã, Vila Bela já existia na cabeça do primeiro governador de Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura. E digo mais, talvez sem os mesmos detalhes ou riquezas visuais, ela também existia na cabeça das autoridades portuguesas que estudaram, planejaram e decidiram pelo desmembramento da capitania de São Paulo e a criação de duas capitanias mineradoras. Lewis Mumford nos fala que

Entre os séculos XV e XVIII, tomou forma na Europa um novo complexo de traços culturais. Tanto a forma quanto o conteúdo da vida urbana, em consequência, foram radicalmente alterados. O novo padrão de existências brotava de uma nova economia, a do capitalismo mercantilista, de uma nova estrutura política, principalmente a do despotismo ou da oligarquia centralizada, habitualmente personificada num Estado nacional; de uma nova forma ideológica que se derivava da física mecanicista, cujos postulados fundamentais haviam sido lançados muito tempo antes, no exército e no mosteiro (Mumford, *idem*, 376).

Essa Vila Bela imaginária, não existia apenas nas cabeças das autoridades portuguesas, ela já tinha existência real em várias cidades da Europa e da América. Pode-se até discutir que entre o real e o ideal, muita coisa sai dos trilhos e foge das verdadeiras intenções do seu criador (ou edificador), mas ninguém pode questionar as ruas direitas e a praça retangular de Santa Cruz de la Sierra, Potosi, Sucre (Bolívia) e por que não dizer de Parati (RJ) e Mariana (MG). A Lisboa que surgirá alguns anos depois da fundação de Vila Bela e dos escombros do maremoto de 1755, também evoca essa cidade ideal. O mesmo pode ser dito de vários núcleos fundados por Pombal (e pelo seu irmão) por todo o vale amazônico, e na maioria dos arraiais e vilas fundadas por Luís de Albuquerque: Vila Maria do Paraguai (atual Cáceres), São Pedro del Rei (atual Poconé), Albuquerque, Casalvasco e Diamantino.

Essa cidade imaginária tinha como símbolos a rua reta, “a ininterrupta linha horizontal de tetos, o arco redondo e a repetição de elementos uniformes, cornijas, lintéis, janelas e colunas na fachada” (*idem*, p. 379), ela também era domínio dos urbanistas e autoridades competentes, pois, depois de tantos anos após o império macedônico e romano, eles tinham o poder (e a obrigação) de criar cidades inteiras, e não apenas adequar as velhas cidades medievais aos novos tempos e a novos propósitos. Com esse poder, estes criadores de cidades tinham liberdade para aplicar seus conceitos em grande escala, mesmo

que passando por cima das variedades das funções humanas (idem, p. 380). Acontece que este poder lhe era transmitido por um poder maior, o poder do príncipe, isso lhes transformava em pequenos déspotas e os seus planos urbanos, segundo Mumford “ainda mais impiedosos, unilaterais, não cooperativos; ainda mais indiferentes às interações lentas e da seleção, que assinalam métodos mais orgânicos de desenvolvimento de cidades”. (idem, p. 382), fruto das transferências de autoridade e poder que tiveram lugar no final da Idade Média e chega ao seu apogeu no século XVIII.

Rolim de Moura foi instruído a erguer uma capitania e edificar uma capital no extremo oeste da colonização portuguesa, com ordens de levantar residência de governo, e prédios que comportassem casa de fundição, intendência, ouvidoria, igrejas, cadeia, quartéis, armazéns, paióis, etc... As funções da cidade que iria criar já existiam antes mesmo da sua criação. Elas não surgiram como necessidades dos seus habitantes, ou selecionadas dentro de um processo de desenvolvimento urbano. Vila Bela tinha duas funções básicas, primeiro ser sede administrativa da Coroa Portuguesa a outra, ser símbolo da presença do rei nestes distantes sertões.

Acontece que para isso funcionar, a cidade terá que criar outras funções, a principal delas, torna-se centro mercantil, posteriormente, um centro religioso e de divertimento. Nenhuma cidade, por mais importante que seja, consegue manter-se apenas como mensagem simbólica ou repartição pública ou quartel, até porque o único ouro e dinheiro que correria na sua Vila Bela, seria o do soldos militares e os rendimentos da justiça. E Rolim de Moura sabia disso, e para trazer moradores para sua cidade, lançou mão de duas ações: concessão e coerção.

Ele concedeu privilégios aos seus moradores e todos aqueles que fossem morar na nova capital, inclusive de não terem as suas dívidas executadas em outras praças, além do meio quinto. Por outro lado, deu ordem que todos os oficiais do reino (justiça e fisco) fossem morar em Vila Bela e determinou que apenas a capital fornecesse gêneros como fazendas, ferro, e outras manufaturas. Talvez, de todas as medidas por ele tomadas, como muito bem lembrou Carlos Rosa, com certeza esta foi a mais dura para os habitantes daquelas minas foi à proibição de lojas nos arraiais.

As queixas contra o governador foram muitas, principalmente as que os moradores dos arraiais de São Francisco Xavier e Santana do Pilar, ambos situados no distrito de Mato Grosso, e tornaram-se uma representação que foi encaminhada ao rei de Portugal:

O mais que se segue até o fim da representação contém os seguintes pontos: 1º Que tirou dos arraiais para a Vila lojas dos mercadores as vendas preciosas para a conservação dos moradores e toda quantidade de ofício; 2º Que isto dá hum grande prejuízo dos ditos moradores que necessitam de quatro dias para marcharem a vila buscar vestuários precisos, as ferramentas de minerar e o concerto delas aqui se faz ainda mais importável dos miseráveis escravos quando vão de mister as mesmas pessoas; 3º Que os tributos nas casas dos arraiais chamado passou a câmara contra o estilo de todas as conquistas; 4º Que esta Vila se tenham gasto quatorze mil oitavas até dois de julho de mil setecentos e cinqüenta e três, entrando os soldos do governador, oficiais militares e soldados

e ordenado do juiz de fora e que somente se achavam os alicerces feitos para a casa do governador, os quartéis quase acabados e sua casa de sessenta palmos de comprido e trinta e seis de largo; 5º Que todos os moradores duvidavam fazer casa na nova vila por se persuadirem não teria persistência e que V^a M^{se}. a mandaria mudar pondo os voz(?) na vexação em que servem estes moradores (Carta do Governador General Antonio Rolim de Moura ao Rei, Vila Bela, 16/06/1756 OFÍCIO NÚMERO 192, Livro 04 das Correspondências. Arquivo Público de Mato Grosso (APMT)).

A defesa de Rolim de Moura é longa, mas tentarei resumi-la:

Em primeiro lugar, as ordens de fazer com que todos os oficiais do distrito fossem residir Vila Bela é uma medida antiga e conhecida de todos na colônia, estava presente nos editais das câmaras municipais, mesmo assim, ele não agiu e violência e poucos oficiais que foram morar na sua capital.

Em segundo lugar, deixou no arraial “uma venda estanque com todo gênero de bebidas e mantimentos” e além disso permitiu “aos lavradores que cada um pudesse ter nestes casa ou sua ou de comissão para venderem os gêneros da sua lavoura” (...) “e ainda que nela se faz distinção de estanque a venda na execução seja uma coisa e outra.”

Enquanto as lojas de fazenda não há dúvida que totalmente se proibiram em toda parte fora da Vila nem ela se podia estabelecer sem isso. Como V^a M^{se}. mandou fundar esta Vila por razões do seu serviço parece mais da razão que os que vieram a estas minas só pela sua conveniência tivessem ordenado de mandar aqui [compar] o que ele fosse necessário do que e o que aqui se achavam servindo a V^a M^{se}. o de mandar vir das minas, não estando esta Vila fundada em lares fora dos soldos militares e molumentos de justiça, não pode a que correr outro ouro mais que os dos mineradores e como estes homens pelo seu tráfico vivem sempre da praça a sua assistência na Vila faz aumentar as câmaras, multiplicar os estabelecimentos a borda deste rio freqüentar a sua navegação e ultimamente há mais pessoas que queiram fazer casas, como conveniência casas de aluguel o que como efeito tem sucedido, porque todos os mercadores que forem de fora acham já hoje casas de aluguel em que se acomodassem.

(...) Assim caímos no mesmo inconveniente de não correr aqui outro ouro mas que os soldos e molumentos da justiça. Além disso, era fazer hua grande qualidade porque as lojas das minas haviam a ter hum grande consumo vendendo os mineiros e os seus negros os que mais gastam são somente as fazendas e pelo contrato as da Vila as teriam muito tempo empatadas por sua causa, seriam poucos os moradores que para ela queriam vir e desta forma se frustraria a utilidade acima ditas que se deles podem tirar e se as lojas das minas se repusesse numero certo, não serviria isso mais que a reduzir a poucos mercadores desta terra com grande prejuízo dela. Com que havendo razão tão urgente com há para obrigar os mercadores a residirem na Vila precisamente se havia de proibir querem eu estivesse lá por fora sem embargo dos menores par ser de muitos menos importância que o que fica ponderado (idem).

O documento é fantástico, certamente um dos mais interessantes que pude pôr as mãos durante as minhas pesquisas por Mato Grosso, e o governador apresenta outros argumentos, defende a localização da vila, relativiza a distância desta para com os arraiais mineradores, fala da autossuficiência de gêneros da terra dos mesmos arraiais, inclusive argumento que Cuiabá também centraliza todo o comércio de seu distrito e que os mineradores que vivem nos garimpos e arraiais a sua volta, são obrigados a andar milhas e milhas para comprar um tecido de linho ou algodão. Em suma, demonstra porque necessitasse conceder privilégio e agir de coerção para que Vila Bela se povoe e torne um grande entreposto comercial da capitania.

Com tantos privilégios e pressões, era para a capital se desenvolver rápido e de forma consistente, mas não foi isso que se verificou. Em primeiro lugar, desde a segunda metade da década de 1749 o distrito de Mato Grosso encontrava-se decadente e os descobertos do Corumbiara e, posteriormente, Guarajus, se mostraram pouco promissores. O cenário se agrava ainda mais entre 1748 e 1749, quando ocorre a corrida do ouro para o Alto Paraguai, desfalcando tanto as Minas de Mato Grosso quanto foi à descoberta desta para com o distrito de Cuiabá na década anterior (GARCIA, 2003).

No momento de criação de Vila Bela, o sentido demográfico da capitania, ou melhor, a produção e fluxo do ouro retornavam a Cuiabá. Isso não passou não foi pensado pelas autoridades portuguesas que idealizaram a capitania e também parece que Rolim de Moura não dava muita importância a isto, não só porque tentou cumprir fielmente as suas instruções, mas por sabia que outras corridas do ouro surgiram, inclusive no seu distrito, e que contava com a abertura da navegação pelo Guaporé.

Entre 1755 e 1778, enquanto operou a Cia do Grão Pará, Vila Bela realmente tornou-se, ou melhor, se impôs como o centro mercantil do distrito de Mato Grosso e chegou a concorrer com Cuiabá, principalmente no fornecimento de fazendas e ferragens. Contudo, a rota do Guaporé tinha muitos problemas, e dois se destacam: os saltos e cachoeiras do rio Mamoré e a falta de braços para realizar o serviço de navegação. Alguns historiadores tentaram mostrar que a Cia do Grã Pará, com seu monopólio e preços elevados, só arruinou Vila Bela, deixando um rastro de dívidas e dependência. Carlos Rosa defende esta ideia.

O atrelamento comercial a Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e Maranhão, acabou impondo a “repartição” do Mato Grosso um caráter intensamente “estatizante” e maiores ligações com o Estado do Grão Pará e Maranhão. Já o Cuiabá esteve muito mais ligado ao Estado do Brasil, não se atrelou a nenhuma companhia de comércio, manteve intensas e diversificadas relações comerciais com a Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas (ROSA, 2000, p. 46-47).

Não penso da mesma forma. Os comerciantes de Cuiabá também tinham dívidas astronômicas com comerciantes paulistas e estes por sua vez, estavam ligados a praça do Rio de Janeiro. No final de tudo, Cuiabá também estava atrelada a uma praça comercial.

Por sua vez, os comerciantes do Cuiabá também cobravam preços elevados para toda a capitania, tal como fazia a Cia do Grão Pará. Cuiabá não se atrelou a nenhuma companhia de comércio porque os mercadores do Rio, da Bahia e os ingleses, lutaram muito para impedir que Pombal criasse outras Cias de Comércio. Se o Rio passasse a ser monopólio de uma companhia de comércio o destino de Cuiabá seria o mesmo de Vila Bela.

Sobre a atuação da a companhia de Pombal criou, ela investiu muito no Guaporé, basta pensar que ela ajudou a construir o Forte Príncipe da Beira, como, por um bom tempo, pagou os soldos da sua guarnição. Catástrofe ocorreu mesmo quando a companhia foi extinta em 1778. Menos de duas décadas depois o Governador Miranda Montenegro, já dizia que se o comércio do Guaporé não for vitalizado, a capital da capitania teria que ser transferida para Cuiabá. A decadência da rota amazônica talvez seja o acontecimento econômico mais importante de Mato Grosso no final do século XVIII, pois colocou a praça de Cuiabá como o único centro mercantil de toda capitania, estando Vila Bela e todos os arraiais mineradores do Mato Grosso nas mãos dos comerciantes e lojistas cuiabanos. Com certeza, a Cia do Grão engessava todo o comércio da repartição de Mato Grosso, mas com certeza, para as autoridades e comerciantes de Vila Bela isso era melhor que ficar subordinado a Vila Real do Cuiabá.

Para aqueles que afirmam que foi a mineração que levou Vila Bela e todas as minas da repartição do Mato Grosso, recomendo os relatórios do Governador Miranda Montenegro que informava que a produção de ouro (em 1794) era praticamente a mesma de vinte anos atrás, quando se ergue a Casa de Fundição. O problema real de Vila Bela era a decadência da Rota Amazônica. Ou seja, o problema não era falta de ouro, mas de comércio. Recomendo também os relatórios da Junta de Fazenda de Mato Grosso, já estruturada em Cuiabá, que informa que a produção de ouro de Vila Bela nos anos de 1819 e 1820 era superior a de Cuiabá (que fundia o ouro de Diamantino). (Garcia, 1993, cap. 4)

É muito interessante observar como a historiografia trata com tão pouco interesse esta pequena decadência. No afã de enaltecer Cuiabá, como se consertassem o erro histórico da Coroa portuguesa de ter escolhido o Guaporé e não, Cuiabá, acabam apagando uma face muito importante e interessante da nossa história. Enquanto as duas rotas existiam, e concorriam pelo mercado minerador da capitania, Mato Grosso era uma província atípica dentro do universo colonial português. Existia concorrência entre duas praças (Vila Bela e Cuiabá), duas rotas (paulista e amazônica) e dois portos fornecedores (Rio de Janeiro e Pará). Alguém pode me dizer em qual capitania portuguesa na América tivemos tal grau de concorrência mercantil?

A concorrência obrigava a Cia do Grão Pará e os comerciantes de Cuiabá baixarem seus lucros e fornecer produtos um pouco mais em conta para os mineradores, militares, fazendeiros e funcionários da capitania de Mato Grosso. O monopólio nas mãos dos comerciantes, como alertava Mirando Montenegro elevaria os preços das mercadorias em toda a capitania, não apenas em Vila Bela ou nos arraiais de Mato Grosso. Hoje estou convencido que uma das razões para a rápida decadência de Vila Bela e do Mato Grosso na passagem do século XVIII para o XIX, foi a elevação dos custos de produção advindo do monopólio mercantil praticado pela praça de Cuiabá (e não pelo monopólio da Cia do Grão Pará). E essa elevação do custo de produção não se limitou ao distrito de Mato Gros-

so, garimpos em torno do Cuiabá como Poconè, Coxipó e Chapada também sentiram o impacto. Mais ainda depois da liberação das Minas do Alto Paraguai Diamantino, a última corrida do ouro do período colonial. (Garcia, *idem*, cap. 10)

Voltando para questão espacial, Vila Bela, como todas as outras vilas e arraiais fundados a partir da criação da capitania (Albuquerque, Casalvasco, Cáceres, Poconé, Diamantino), apresentam traçados urbanos planejados, com ruas retas e praças retangulares. São cidades que surgiram de um modelo ideal, cujo ideal era impor um ordem que era completamente externa ao mundo dos garimpos de Mato Grosso e Cuiabá. A ordem do príncipe materializada no espaço urbano. Uma territorialização de cima para baixo, não considerando as vivências sociais e as práticas urbanas locais. Como nos fala Mumford, sobre a capital barroca, que serve perfeitamente para estes núcleos inventados...

Lei, ordem, uniformidade – tudo isso são, pois, produtos especiais da capital barroca, mas a lei existe para confirmar a situação e assegurar a posição das classes privilegiadas, a ordem é uma mecânica, baseada não no sangue, na vizinhança ou nas finalidades de parentesco e nas relações, mas na sujeição ao príncipe reinante; e quanto a uniformidade – é a uniformidade do burocrata, com seus escaninhos, seus processos, sua papelada, seus numerosos métodos de regularizar e sistematizar a coleta de impostos (Mumford, *idem*, p. 399).

É certo que dentro desta cidade planejada, uniformizada e vigiada existia outros modos de viver o espaço urbano, existam resistências e práticas que fugiam completamente do controle do príncipe, do governador e da câmara. Hábitos não mudam da noite para o dia e as próprias autoridades não conseguiam seguir fielmente estas determinações. Acontece que existe outro fator que deve ser levado em consideração dentro desta intervenção centralizadora que pouco se estuda na história de Mato Grosso: a militarização da sociedade.

A história militar foi o carro chefe daquilo que Lucien Febvre chamava de “história Batalha”, ou seja, a Escola Histórica Francesa de Langlois e Segnobia. Acontece que os fundadores do Instituto Histórico de Mato Grosso eram homens letrados e a única farda que deviam possuir era da Guarda Nacional, por isso pouco se falou da militarização da sociedade entre 1750 e 1835. O revisionismo da escola da UFMT, liderados por Alcir Lenharo, muito preocupada em rever a história de Mato Grosso pelo viés econômico e social, e criticar o IHMT, também não se debruçou sobre este fenômeno. Hoje, mesmo com abordagens mais cirúrgicas, onde o detalhe social, cultural e mental é tão relevante, a ponto de resgatarem a história das irmandades religiosas, práticas médicas e a vida de pretas forras, ainda não descobriu o universo maravilhoso das companhias regulares e de milícias de Mato Grosso (talvez por que isso tenha muito da antiga história historicista).

Não existe dúvida que Cuiabá e Mato Grosso foram conquistados a ferro e fogo entre 1720 e 1750. Acontece que nesta época a violência e o poder militar eram monopólio dos colonizadores. Ficava a cargo dos homens bons de São Paulo, e depois, de Cuiabá, organizar, armar e liderar as expedições militares. Com a chegada do primeiro Governador e Capitão General tudo mudou. Não saía expedição ou bandeira sem a sua autorização.

Todos os homens da capitania com capacidade de pegar em arma deveriam pertencer a uma companhia de milícia ou sentar praça como tropa paga (regular). Regulou-se a posse de armas e, principalmente, a utilização de pólvora, para qual criaram paióis que serviriam tanto para os militares como para os civis.

Essa militarização de Mato Grosso, que nos documentos da época podem localizar o nome e a posição de cada cidadão dentro da sua companhia, talvez mais do que o planejamento dos núcleos urbanos, tenha sido a maior intervenção da Coroa na vida dos colonos, pois lhes imputava obrigação, obediência e um determinado lugar na nova ordem vigente. Eram caçadores, huzares, artilheiros, marinheiros, pedestres, dragões e ordenanças. Todos sob a ordem de um Estado Maior e sob um soldo regular (para as tropas regulares) ou eventual (para as milícias ou ordenanças), que, com a decadência do ouro, tornou-se para muitos a única fonte de renda possível.

Porém, ao contrário do traçado das ruas, que são quase indestrutíveis ao tempo, a militarização da sociedade não é algo fácil de se controlar e de se manter como no plano original. O cobre dos soldos e salários não só substituiu o ouro das minas como a posição do colono dentro da estrutura militar, principalmente nas primeiras décadas do século XIX levará a uma inversão de valores. Facilmente percebe-se que foi o exército regular e a milícia que derrubaram o último governador de Mato Grosso, mas quem tomará conta da junta provisória, bem como os principais cargos da província, serão os milicianos. Os milicianos de Cuiabá.

Neste ponto, temos que passar para a outra cidade, Cuiabá, que merece um estudo particular, pois ela é o ponto de partida e ponto de chegada da nossa história. E como veremos, tem outro traçado urbano, outros modos de viver a cidade, outra história.

Cuiabá - O espaço do povo e organicidade urbana

Por mais que Carlos Rosa faça questão de mostrar que “não foi casual o ordenamento do arraial de Cuiabá” (Rosa, *idem*, p.15), que existia orientação na fundação e construção por parte do governador de São Paulo que regulou a povoação através de regimento, que determina que “faça uma povoação grande na melhor parte que houver” e que deve “persuadir aos mineiros e mais pessoas que fizessem as suas casas, as façam logo de telha”, também que existia “um padrão ordenador dos ambientes urbanos coloniais”, expresso nas “Ordenações do Reino e das normas eclesiásticas” (*idem*) e que este padrão era operacionalizado pelas câmaras municipais, “lugar da representação do bem comum” (*Idem*, p. 17), e que a Câmara de Cuiabá ordenou que

“nenhuma pessoa (...) faça sem pedir licença à Câmara, que lhe dará mandando primeiro o Arruador, que deve haver de marcar lugar para que as edificar em rua direita e continuada das que estão principiadas em forma que todas vão direitas por corda, não consentindo os oficiais da Câmara se façam daqui por diante casas separadas e desviadas para os matos como se achavam algumas, porque além de fazerem a vila disforme, ficam nelas os moradores mais expostos a insultos (...). (...) e melhor que em pouco terreno a vila bem unida e formada, do que em lugar com tantos despovoados”.

Por mais que o autor defenda a ideia que Cuiabá surgiu e cresceu dentro de um modelo urbano que seguia o padrão português, basta comparar o plano urbanístico desta com os planos de Vila Bela, Poconé ou Cáceres, para percebermos que algo não saiu dentro dos conformes.

As ordenações e posturas são tão antigas quanto às vilas coloniais, mas isso não significa que seus moradores (e vereadores) seguissem as suas determinações. Sérgio Buarque de Holanda não construiu a imagem tipológica do sementeiro pelas ordenações Manoelinas ou Filipinas, mas pela “renúncia” do colono “a transfigurar a realidade por meio de imaginações delirantes ou códigos de postura e regras formais”. Essas determinações nunca foram empecilhos para eles construírem um espaço a sua imagem e semelhança do que a das idealizações de Lisboa ou de Madri (durante a União Ibérica).

E mesmo comparando o regimento que orientou Cuiabá com as instruções de Luís de Albuquerque para a fundação de Vila Maria do Paraguai (Cáceres) percebe-se grandes diferenças entre dois modos de ordenar o espaço urbano. Vila Maria parte de uma praça central retangular, onde se estabelecerá Igreja, casa do pároco e o quartel. Suas vias seguem o padrão da praça sendo que aquelas que partem do rio para o interior são largas para o tráfego de carros (ruas), e as vias que cruzam estas são mais estreitas para facilitar a permanência das pessoas e do comércio (travessas). Luís de Albuquerque seja a determinar quantos pés deve ter a altura das casas e qual a distância destas para a rua. As posturas de Cuiabá determinam que as casas tenham telhado de telha (se possível), fiquem juntas e que se endireitem na rua, que por sua vez, também as ruas também estão tomando uma linha reta.

Mas o mesmo documento apresentando por Carlos Rosa (postura municipal) informa que, anteriormente, casas foram construídas desordenadamente e muito próximas dos matos, e que as ruas não seguiam linhas retas. Também o documento desta claro que a maior preocupação das autoridades municipais para que a vila não fique disforme e tenha um tamanho menor vem da necessidade de defender o povoado de possíveis ataques indígenas. É a defesa que realmente preocupa e não a necessidade de ordenar um espaço urbano irregular ou, para alguns, caótico. Até porque este espaço está longe de ser caótico ou desordenado. Sua ordem vem das funções que originaram o arraial e depois a vila. É sobre essas funções que devemos nos debruçar se quisermos entender o rico universo urbano que Cuiabá se transformou nos séculos XVIII e XIX, com suas congregações, corporações, sociedades, partidos e companhias. Seus espaços negros, brancos, indígenas e mestiços. Seus diversos espaços culturais coexistindo e interagindo continuamente. Cuiabá é organismo vivo. Ela é muito mais que uma planta imaginada por um burocrata português ou pelas posturas municipais.

Concordo com Carlos Rosa sobre o reducionismo que alguns historiadores criaram ao falar da criação da vila de Cuiabá. Como o autor afirma, o fisco “não é suficiente para compreensão do sistema colonial, principalmente das espacializações que materializavam movimentos desse sistema, em particular a espacialização urbana.” (idem, p.16). Porém, o autor acaba privilegiando demais os poderes locais, principalmente aquele oriunda da Câmara, dos titulados e senhores “grandes” (idem). O mesmo pode ser dito das ir-

mandades e confrarias religiosas e as corporações. Minha opinião é que este viés também tende a produzir outros reducionismos, tão perigosos quanto o primeiro.

O fisco, a câmara, as irmandades, as confrarias, e Cuiabá não existiram sem o ouro que escravos e auxiliares retiravam do chão. Estes também não existiriam sem as roças, sítios e engenhocas que formaram juntos aos garimpos. E sem as monções que traziam mais escravos, ferragens, tecidos, chumbo e pólvora o destino de Cuiabá e de seus moradores seria o mesmo do Arraial Velho. Isso não é reduzir a história ao economicismo simplista do século anterior, mas recuperar uma antiga máxima que não existe sociedade sem economia e economia sem sociedade. Volto a Lewis Mumford: para entender a cidade devemos nos ater as funções que a geraram e as novas funções que nela surgiram.

O arraial do Cuiabá surgiu de uma corrida do ouro que despovoou os primeiros aglomerados demográficos de Mato Grosso, Arraial do São Gonçalo Velho Arraial da Forquilha. Esta mudança rápida e violenta deve ter causado impacto em seus habitantes. A possibilidade de o novo arraial desaparecer como o Arraial Velho, deve ter marcado profundamente não só os seus primeiros habitantes, como aqueles que bem depois povoariam estas minas a ponto de interpretar “milagres” ou “acontecimentos maravilhosos” como advertência para que não se despovoassem Cuiabá (caso da Custódia)

As funções deste pequeno aglomerado sertanejo, primeiramente, se limitavam a três: mineração, abastecimento e defesa.

As primeiras casas, como era regra dos garimpos coloniais, seguia as delimitações das datas, e estas, a linha do córrego aurífero. Eis aí o primeiro traçado que formará o arraial do Cuiabá: a linha irregular que segue o córrego da Prainha (cercado de pequenos morros). Aqueles que não tinham datas, comerciantes ou auxiliares, deveriam buscar áreas próximas ao garimpo, mas que não estivessem dentro dos seus limites legais, seja para criar um núcleo comercial, que brevemente se tornará também religioso, político e administrativo, como para erguer zonas de abastecimento interno: roças e posteriormente engenhocas. Dentro das lavras também se fizeram roças, e com elas, outras moradias improvisadas. As roças e ranchos se comunicavam através de caminhos estreitos, e até picadas, com as lavras e com o núcleo mercantil, que por sua vez, ligava por uma picada, depois estrada, ao porto do Rio Cuiabá. Estes caminhos formavam uma interessante teia de ligações e comunicações, e a partir dela, algumas ruas que ainda existem surgirão.

Talvez nem passasse na cabeça dos seus fundadores que este arraial rapidamente se elevaria a vila, muito menos que seria um dia capital de capitania, para não dizer província. Faço essa afirmação porque essa população não veio de tão longe para fincar raízes, mas para explorar riquezas e retornar para sua terra natal o ponto de origem. Essa ideia não só aparece em Rolim de Moura, como em Luís de Albuquerque e Miranda Montenegro como no comerciante Moutinho que viveu em Cuiabá no tempo da Guerra do Paraguai. O maior exemplo disto é a história de Miguel Sutil, o descobridor e fundados do garimpo do Cuiabá, que enriqueceu e voltou para sua Sorocaba.

Voltando as funções da cidade, existe outro fator que vai dar contornos mais precisos a este arraial que vai surgindo: a defesa.

Apesar de estar “isolada” num inóspito sertão, os fundadores de Cuiabá não temiam tanto a natureza e os índios a sua volta, até porque eram caçadores de índios. Além

do mais, as nações que existiam naquela região, Bororos e Parecis, não pareciam ser mais guerreiros a ponto a ameaçar seriamente o novo arraial. Foi por isso que o arraial se alastrou demais, e algumas casas, como a Câmara se queixou, foram construídas no mato.

Acontece que a partir de 1725 a história ganha novo contornos. Teremos o primeiro ataque dos Paiaguás (Boca do Chanés), uma monção de vinte canos foi destrocada. Em seguida, notícias de ataques por parte de índios Guaicurus (Leverger). Paiaguás e Guaicurus, como deixou registrado Cabeça de Vaca no século XVI, são oriundos do Paraguai – não do Mato Grosso. Os bandeirantes que cruzaram o Paraguai e o Cuiabá não dão registros deles, apenas falam de guaicurus nos campos da Vacaria (Holanda). Estas nações subiram o Paraguai depois da descoberta do ouro, depois da fundação do Cuiabá, visavam atacar as monções que traziam vários tipos de gêneros. Os paulistas, antes caçadores, transformaram-se em caça.

Os ataques paiaguás, de certo modo, sitiaram o arraial de Cuiabá. Em 1726 atacam uma monção no Cuiabá, em 1728, destroçam uma bandeira que foi prear índios no Sertão dos Parecis, e por fim, em 1730, o arraial velho foi atacado. Todos estes ataques podem explicar porque a câmara de Cuiabá queria diminuir o núcleo urbano e não permitir mais a construção de moradias afastadas e na boca do mato. Estamos diante do primeiro adensamento e condensação da Vila Real mineradora. Não foi a falta de ouro, ou a criação de uma igreja, foi a necessidade de defender seus habitantes.

Mas outras funções surgiram. Cuiabá em pouco tempo tornou-se uma vigária e posteriormente, prelazia. Isso significa que o núcleo, agora urbano, consolida-se como centro religioso. E para lá que os mineiros irão se dirigir, seja para missa, como para outros sacramentos batismo, crisma, casamento e extrema. Numa época onde o sagrado se unia umbilicalmente ao Estado, ser um centro religioso significa ser um centro de poder político.

A elevação do arraial em Vila Real, se apresenta para mim como algo natural, não tanto pelo adjetivo “real” tão ressaltado pela antiga e nova historiografia, mas pelo substantivo, “vila”. Cuiabá crescera demais para permanecer arraial. Não é como Bertioga, um dos primeiros arraiais do Brasil, que só em 1991 virou município. Basta observar o sertão que cercava aquele pedaço de chão e as “distâncias” que os separavam de São Paulo, para entender porque Cuiabá tinha que ser elevada a vila com senado da Câmara, prelazia, ouvidoria e outros órgãos do poder.

Mas ainda faltava algo para tornar Cuiabá um núcleo urbano capaz de resistir a instabilidade da economia mineradora: Cuiabá ainda não era um entreposto comercial!

Cuiabá tinha um mercado com lojas e vendas que fornecia aos seus habitantes e moradores dos garimpos próximos todos os gêneros necessários para a vida naqueles sertões: escravos, tecidos, ferragens, chumbo, pólvora e artigos “supérfluos”. Mas isso não transformava a Vila Real num entreposto comercial de ponta, mas sim, como ponto final de uma longa rede mercantil que se iniciava no Rio de Janeiro (ou se preferirem, Lisboa)

A grande decadência que marcou Cuiabá depois da sua elevação, que a história tradicional insiste em culpar o fisco, vai alterar muito a dinâmica do núcleo urbano, primeiro porque houve uma mudança de função. Ele torna-se base de operações de bandeiras

e expedições para capturar índios e encontrar novos achados. Parece até que Cuiabá torna-se uma São Paulo do século XVII, vivendo da captura de índios e da mineração furtiva.

Com a descoberta das minas de Mato Grosso, nova corrida de ouro se inicia, e com ela a saída dos de seus habitantes para os novos achados. Nestes tristes tempos, momento que o fantasma do arraial velho paira sobre Cuiabá, e que os cronistas informam que poucos moradores ainda resistem no seu centro, o antigo arraial, agora vila Real, ganhou uma nova função: abastecer os garimpos de Mato Grosso.

Como ainda não existia a rota do amazonas e o caminho fluvial do Paraguai era muito perigoso, formou-se em pouco tempo um caminho de terra seguro entre as novas e as velhas minas e pela primeira vez Cuiabá deixou de ser ponto final de mercadorias e passou a ser entreposto comercial: um revendedor.

Tudo que destinava as Minas novas do Mato Grosso, necessariamente teria que passar por Cuiabá. Isso explica porque alguns moradores resistiram e depois, como a fênix do seu brasão, a cidade ressurgiu das cinzas. Não demorou duas décadas completas para Mato Grosso conhecer o mesmo drama, agora com as minas do Alto Paraguai (1746-1748). Quando isso aconteceu, Cuiabá era maior do antes, porque neste meio tempo, outros achados foram descobertos próximos a Cuiabá (Bocaina e Cocais). Estas mudanças, declínios e crescimento, com certeza, marcaram o espaço urbano de Cuiabá.

A questão da Fênix também merece um estudo a parte. A historiografia tradicional discursa que ela representa os momentos que Cuiabá quase desapareceu como cidade. Acontece que esse símbolo foi escolhido antes da grande crise de 1728 e de 1732. A escolha da Fênix revela que a primeira crise não pertence a Cuiabá e sim ao Arraial Velho. Como disse a pouco, o espectro da decadência e do despovoamento realmente deve ter sido algo assustador no universo mental dos cuiabanos. Como a Custódia, a Fênix também advertia que “estas minas não podem se despovoar”

Continuando com as representações históricas, a própria história tradicional de Mato Grosso, e muitos historiadores contemporâneos, mantêm viva a ideia de predestinação de Cuiabá. Era como se a Providência Divina tivesse traçado uma trilha com onde se sucede crises e superações até que a capital “retorne” a Cuiabá. Deste modo, a análise histórica acaba sendo nada mais que a confirmação desta predestinação. Tudo conspira para o sucesso de Cuiabá (localização, poder político, altivez, riqueza material e moral), da mesma forma, do outro lado da moeda, tudo conspira para o fracasso de Vila Bela (clima, centralismo, burocratismo, Cia do Grão Pará, etc..).

Esta visão prejudica muito a análise do processo histórico de Mato Grosso como um todo, principalmente porque tende a apagar a instabilidade dos arraiais mineradores que todos os núcleos urbanos sofreram por mais de um século. Não só Vila Bela corria risco de desaparecer, mas também Cuiabá e Goiás. Basta fazer um estudo mais minuciosa para se constatar que vários arraiais matogrossenses sumiram sem deixar rastros. Aliás, deixaram vestígios arqueológicos, e hoje o Prof. Paulo Zanetini é o responsável por desvendar esse Mato Grosso que a decadência do ouro fez desaparecer e a história tradicional eminentemente cuiabana fez questão de esquecer.

Retornando ao espaço do povo, acredito que Lewis Mumford adoraria conhecer a Cuiabá dos tempos coloniais, ou talvez a sua planta. Vila Real do Cuiabá revela uma cidade

orgânica, onde as ruas, praças, travessas, logradouros nascem mais do cotidiano dos seus moradores do que pela ação, ou intervenção das autoridades, seja da câmara como dos governadores.

A vida do garimpo, seus escravos e auxiliares, que certamente faziam de tudo para quebrar a rigidez das autoridades, ou fugir das suas responsabilidades, conduz esse processo urbano. São as negras de tabuleiro, que insistiam em vender e se vender para negros e homens livres, e que a câmara não conseguiu extirpar, precisando recorrer aos capitães Gerais como Rolim de Moura (o que demonstram que não eram tão poderosas assim). São escravos do senhor Sutil, que tiravam parte do seu tempo livre para construir num morro próximo uma capela a São Benedito, e faziam isso sem saber ou sem querer saber das ordenações do governador de São Paulo ou os preceitos da Igreja. Certamente não foi o acaso que fez surgir essa capela e depois Igreja do Rosário, foi à necessidade e o cotidiano do garimpo.

O espaço do povo não se limita a “plebe miúda”, que tanto os “maiores” de Cuiabá costumavam mencionar quando queriam se diferenciar nas cartas que enviavam ao rei. O Espaço do povo é também espaço das autoridades, dos senhores, dos militares, religiosos e homens bons, que por sua vez também não eram tão ordeiros como se costuma dizer, visto que os interesses particulares moviam muito mais que o coletivo.

A diferença não está na ordem social, mas na hierarquia superior da Ordem Régia. Está claro para mim que existe um espaço do rei que deve ser imposto para a Coroa se fazer mais presente como os limites da capitania e a nova capital, mas também existe um espaço anterior, surgido pela necessidade e pela vivência. Estes espaços não são antagonísticos nem podem ser separados. Sua espacialidade transcende o território e as cidades. De certa forma, a elite cuiabana queria ser e ter o espaço do rei, foi por isso que eles lutaram tanto. Mas a originalidade de Cuiabá encontra-se mesmo por ser uma cidade que não surgiu de um plano urbanístico ideal, ou da fundação de um governante. Das antigas cidades coloniais, Cuiabá é a única que não foi criada por ordem régia, mas pela ação dos seus moradores.

E de certa forma, este espaço do Rei foi se impondo cada vez mais em Cuiabá na medida em que transcorre o século XIX e o ouro vai desaparecendo de suas lavras. Como pude mostrar nos meus estudos sobre Mato Grosso colonial, o cobre dos subsídios e socorros externos vai substituindo lentamente o ouro das minas e a capitania, no século XIX, dependerá cada vez mais de recursos que vem de fora, primeiro de Goiás, depois, Minas e por fim, Rio de Janeiro).

A geopolítica portuguesa e as ameaças externas também mudam neste século. O Governador Miranda Montenegro já alertava no final de 1790 que não existia mais perigo de ataque espanhol pelo Guaporé. E que deveria voltar atenções para a bacia do Paraguai. Neste caso, a capital deveria também mudar, pois ela não representava apenas o poder do rei mais a presença da principal força militar da capitania. Se tivesse que escolher, como fez Rolim de Moura, não escolheria Cuiabá porém a minúscula Vila Maria do Paraguai (atual Cáceres). Na sua defesa, ele diz que é pela sua posição central estrategicamente situada entre Cuiabá e Vila Bela, mas acredito que o governador não queria uma capital onde os “maiores” eram tão fortes e altivos (como Cuiabá em 1820).

Acontece que o projeto português foi sendo absorvido pelos cuiabanos. Cada vez mais Cuiabá vai se assenhoreando do espaço do rei e lhe dando novos contornos. A decadência da rota amazônica fez muito mais que tornar Vila Bela dependente dos comerciantes cuiabanos, tornou Cuiabá à única praça mercantil da capitania, consolidando ainda mais sua câmara e suas instituições. Isso ficará mais claro com a última grande corrida do período colonial, a que reabriu os garimpos diamantíferos do Alto Paraguai Diamantino (1803). Se esta nova corrida do ouro fez diminuir a população masculina de Cuiabá (livres e escravos), não causou o mesmo despovoamento de outrora, entretanto, para Vila Bela e para os arraiais mineradores de Mato Grosso, foi quase uma sentença de morte. Em menos de cinco anos, sua população escrava que beirava 6.000 indivíduos cai para pouco mais de mil. (Garcia, *idem*, cap. 3)

Como já tinha detectado Alcir Lenharo, Cuiabá foi o maior beneficiado do ouro e dos diamantes de Diamantino. Apesar da resistência de Miranda de Montenegro e Oeyhausen Gravenburg, últimos governadores antes da elevação da capitania a província, de não transferir definitivamente a capital para Cuiabá, ou outro local mais apropriado, não tinham muitas condições para manter Vila Bela como sede do governo. A transferência irregular da capital feita pelo último governador, Paula Magesi, apenas confirmou algo que já existia na prática, contudo, como não cumpriu os procedimentos legais, como tomar posse em Vila Bela, pedir ao rei a transferência da capital, acabou por permitir uma disputa política e jurídica depois das Cortes que só vai ser resolvida em 1835, quando a capital é transferida definitivamente para Cuiabá.

A partir de Magesi, o espaço do rei ficou mais evidente em Cuiabá, primeiro pela transferência da Junta de Fazenda, Casa de Fundição e da Moeda, e de outros órgãos existentes em Vila Bela, mas pela edificação de outros prédios e instituições: arsenal de marinha, paióis, armazéns, quartéis e, o mais importante, a residência do governador. Mas estas mudanças espaciais não podem ser vistas apenas como intervenção do poder central (real e imperial), até mesmo elas tiveram que se adequar a cidade. Aconteceu o Lewis Munford observou na transformação das cidades medievais e o surgimento da cidade barroca. Ao contrário de Vila Bela e outras cidades de Mato Grosso, que surgiram como criação real, partindo de um plano imaginário, o poder do rei teve que se adaptar ao espaço do povo cuiabano, que também foi alterado por este.

Porém, talvez a maior transformação ocorresse nas instâncias do poder. Com a sede do governo em Cuiabá e com os principais cargos nas mãos de cuiabanos, a Vila Real nunca esteve tão atrelada e dependente do poder Real. Aquela altivez e autonomia cuiabana que tanto se opôs ao poder Real nos tempos dos capitães gerais deram lugar à dependência dos recursos e cargos sustentados pelo Império. Essa questão perdurará por muitos anos e influenciará a historiografia tradicional, revisionista e contemporânea que, ao enaltecer Cuiabá de modo a apagar ou diminuir as suas fraquezas, perderam a chance de identificar como as elites locais que até hoje exercem tanto poder sobre a plebe miúda, eram tão fracas e dependentes de uma riqueza e de um poder que residia bem longe deste Estado.

Referências bibliográficas

GARCIA, Romyr Conde. Mato Grosso (1800/1840): Crise e estagnação do Projeto Colonial. USP/FFLCH, tese de doutoramento: São Paulo, novembro de 2003

LENHARO, Alcir, Crise e mudança na frente oeste de colonização. Cuiabá: UFMT/PROEDI, 1982.

MUMFORD, Lewis. A Cidade na História suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo, Martins Fontes, 1991

ROSA, Carlos Alberto & JESUS, Nauk Maria de (Orgs.), A Terra da Conquista: história de Mato Grosso colonial, Cuiabá: 2003.

ROSA, Carlos Alberto. Confidências mineiras na parte mais central da América do Sul. Territórios e Fronteiras. Cuiabá, v. 1, n. 1, p. 46-47, jul./dez. 2000.

Carta do Governador General Antonio Rolim de Moura ao Rei, Vila Bela, 16/06/1756
OFÍCIO NÚMERO 192, Livro 04 das Correspondências. Arquivo Público de Mato Grosso (APMT)